

ANUÁRIO ESTATÍSTICO ACADÊMICO: IMPORTÂNCIA, COMPLEXIDADE E DIFICULDADE DE PRODUÇÃO

ACADEMIC STATISTICAL YEARBOOK: IMPORTANCE, COMPLEXITY, AND
DIFFICULTY OF PRODUCTION

ANUARIO ESTADÍSTICO ACADÉMICO: IMPORTANCIA, COMPLEJIDAD Y
DIFICULTAD DE PRODUCCIÓN

Paulo Sérgio Belchior Mesquita

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3136-2376>

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) - Rio de Janeiro - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19516

Resumo: Os anuários estatísticos das instituições públicas de ensino superior no Brasil, fundamentalmente, compilam dados acadêmicos, administrativos e científicos, transformando atividades complexas em indicadores objetivos. A relevância desses documentos transcende a mera formalidade burocrática; são ferramentas essenciais para o planejamento participativo, a avaliação institucional e a formulação de políticas educacionais consistentes. O objetivo deste estudo consiste em analisar a estrutura, os conteúdos recorrentes e os desafios associados à produção de anuários estatísticos em universidades públicas brasileiras, identificando sua contribuição para a gestão institucional, a transparência pública e o planejamento estratégico, através de metodologia qualitativa e exploratória. O estudo foi conduzido por meio de análise documental do conjunto de anuários publicados pelas universidades públicas do país, fundamentando-se em referenciais clássicos de gestão universitária e políticas educacionais. Os resultados indicam que os anuários são fundamentais para a gestão eficiente, transparente e alinhada às demandas sociais, permitindo monitoramento da expansão, da qualidade acadêmica e da produção científica. Contudo, sua elaboração enfrenta desafios relacionados à integração de bases de dados, padronização de indicadores e institucionalização de rotinas estatísticas. Conclui-se que fortalecer a produção de anuários contribui para aprimorar a gestão universitária e consolidar políticas de informação no ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: Anuário estatístico; indicadores acadêmicos; Avaliação institucional

Abstract: Statistical yearbooks from public higher education institutions in Brazil essentially compile academic, administrative, and scientific data, transforming complex activities into objective indicators. The relevance of these documents transcends mere bureaucratic formality; they are essential tools for participatory planning, institutional assessment, and the formulation of sound educational policies. This study aims to analyze the structure, recurring

content, and challenges associated with producing statistical yearbooks in Brazilian public universities, identifying their contribution to institutional management, public transparency, and strategic planning through a qualitative, exploratory methodology. The study was conducted via a document analysis of yearbooks published by the country's public universities, grounded in established frameworks of university management and educational policy. The results indicate that these yearbooks are fundamental to management that is efficient, transparent, and aligned with societal demands, enabling the monitoring of expansion, academic quality, and scientific output. However, their preparation faces challenges regarding database integration, the standardization of indicators, and the institutionalization of statistical routines. The study concludes that strengthening the production of these yearbooks contributes to improving university management and consolidating information policies within Brazilian higher education.

Keywords: Statistical yearbook; Academic indicators; Institutional evaluation

Resumen: Los anuarios estadísticos de las instituciones públicas de educación superior en Brasil recopilan datos académicos, administrativos y científicos, transformando actividades complejas en indicadores objetivos. La relevancia de estos documentos trasciende la mera formalidad burocrática; son herramientas esenciales para la planificación participativa, la evaluación institucional y la formulación de políticas educativas coherentes. El objetivo de este estudio es analizar la estructura, el contenido recurrente y los desafíos asociados a la producción de anuarios estadísticos en las universidades públicas brasileñas, identificando su contribución a la gestión institucional, la transparencia pública y la planificación estratégica, mediante una metodología cualitativa y exploratoria. El estudio se realizó a través del análisis documental del conjunto de anuarios publicados por las universidades públicas del país, con base en referencias clásicas de gestión universitaria y políticas educativas. Los resultados indican que los anuarios son fundamentales para una gestión eficiente y transparente, alineada con las demandas sociales, permitiendo el seguimiento de la expansión, la calidad académica y la producción científica. Sin embargo, su elaboración enfrenta desafíos relacionados con la integración de bases de datos, la estandarización de indicadores y la institucionalización de rutinas estadísticas. Se puede concluir que fortalecer la producción de anuarios contribuye a mejorar la gestión universitaria y a consolidar las políticas de información en la educación superior brasileña.

Palabras clave: Anuario estadístico; Indicadores académicos; Evaluación institucional

Introdução

As universidades públicas, enquanto instituições cruciais para o desenvolvimento social, econômico e científico do Brasil, desempenham múltiplos papéis que vão além do ensino superior, englobando pesquisa e extensão. A gestão eficaz dessas instituições complexas e multifacetadas exige um planejamento estratégico robusto e a capacidade de tomar decisões informadas em um ambiente de crescentes desafios e pressões por eficiência e transparência. Nesse cenário, a informação estatística de qualidade emerge como um insumo indispensável para o direcionamento de políticas internas e para a prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

As universidades brasileiras, em sua missão de produzir e disseminar conhecimento, pesquisa e inovação, operam em um ambiente de crescente escrutínio público e demanda por eficiência. A gestão dessas instituições, que envolve a administração de vastos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura, exige transparência e a tomada de decisões baseadas em evidências concretas.

O anuário estatístico surge, neste contexto, como um documento fundamental. Ele é a síntese numérica das atividades da instituição, um espelho que reflete o perfil da comunidade acadêmica, o desempenho dos cursos, a produção científica, a alocação de verbas e a infraestrutura disponível. Mais do que um mero agrupamento de números, o anuário é um instrumento vital de *accountability* (prestação de contas), planejamento estratégico e autoavaliação.

De acordo com estudos sobre gestão universitária e avaliação institucional, a produção sistemática de indicadores e dados institucionais é essencial para subsidiar processos decisórios, diagnósticos organizacionais e planejamento estratégico nas universidades (Andriola; Araújo, 2016). Os anuários estatísticos cumprem exatamente essa função, ao consolidar séries históricas de dados institucionais que permitem compreender tendências, identificar problemas e orientar políticas acadêmicas.

Segundo Clark (1998), as universidades contemporâneas operam em ambientes altamente complexos e competitivos, exigindo sistemas de informação capazes de apoiar a governança institucional. Nesse contexto, instrumentos como relatórios estatísticos e anuários acadêmicos tornam-se fundamentais para estruturar processos de gestão baseados em evidências.

A importância do anuário estatístico transcende o âmbito interno da gestão. Ele serve como principal fonte de dados para órgãos de controle, agências de fomento, a imprensa e a sociedade civil, que buscam compreender o impacto e o retorno do investimento nessas instituições. A divulgação de dados precisos e acessíveis é, portanto, um pilar da transparência, um dever constitucional e um elemento-chave para a legitimação social da universidade.

No entanto, a produção desse documento vital não é um processo trivial. Longe de ser uma simples tarefa de compilação, a elaboração de um anuário estatístico de qualidade é uma operação complexa que envolve múltiplos departamentos, diferentes sistemas de informação e uma série de desafios metodológicos e operacionais.

A presente introdução busca delinear a importância, a complexidade e as principais dificuldades inerentes a esse processo, servindo como pano de fundo para uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pelos gestores e equipes técnicas responsáveis por essa tarefa essencial.

A justificativa para este estudo reside na necessidade premente de otimizar a gestão das universidades públicas em um cenário de restrições orçamentárias e crescentes demandas sociais por eficiência e prestação de contas. Compreender a importância e as limitações dos anuários estatísticos permitirá a proposição de melhorias nos processos de coleta, análise e divulgação de dados, contribuindo para uma gestão mais inteligente, democrática e baseada em evidências.

A pesquisa é relevante tanto do ponto de vista teórico, ao preencher a lacuna identificada na literatura sobre a função dos anuários, quanto do ponto de vista prático, ao oferecer *insights* valiosos para gestores públicos, formuladores de políticas e membros da comunidade acadêmica interessados em uma administração mais transparente.

Procedimentos Metodológicos

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, com abordagem documental e comparativa, voltada à compreensão da produção de anuários estatísticos em universidades públicas brasileiras. Segundo Minayo (2014), a abordagem qualitativa permite compreender processos institucionais complexos e fenômenos organizacionais que não podem ser reduzidos apenas a indicadores numéricos.

De acordo com Cellard (2008), a pesquisa documental utiliza documentos institucionais como fonte primária de dados. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva busca identificar, registrar e analisar características de determinado fenômeno. Neste caso, descreve-se a produção de anuários estatísticos nas universidades públicas brasileiras.

O objetivo metodológico central consiste em analisar como essas instituições organizam, sistematizam e publicizam dados institucionais, considerando a relevância dessas informações para a gestão universitária, para a transparência pública e para a formulação de políticas educacionais.

O universo da pesquisa corresponde às universidades públicas brasileiras, incluindo instituições federais e estaduais que produzem e disponibilizam anuários estatísticos institucionais. A definição da amostra documental ocorreu por meio de amostragem intencional. Foram selecionadas as 20 universidades públicas melhor posicionadas no Ranking Universitário Folha (RUF), considerado uma das principais iniciativas de avaliação comparativa das instituições de ensino superior brasileiras (FOLHA DE S.PAULO, 2025).

Além de representar um dos principais instrumentos de avaliação comparativa do ensino superior brasileiro, o RUF utiliza dados provenientes de bases oficiais, agências de fomento, bases bibliométricas e informações do Ministério da Educação, constituindo uma fonte adequada para a identificação de instituições com elevada capacidade acadêmica e administrativa.

A utilização das universidades melhor posicionadas no ranking (Quadro 1), buscou garantir que a amostra fosse composta por instituições com estrutura organizacional consolidada, tradição em planejamento institucional e maior probabilidade de produção sistemática de indicadores estatísticos e documentos institucionais de divulgação pública.

Quadro 1. Universidades integrantes da amostra documental

Ranking	Universidade
1	Universidade de São Paulo
2	Universidade Estadual de Campinas
3	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
4	Universidade Federal de Minas Gerais
5	Universidade Federal do Rio de Janeiro
6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
7	Universidade Federal de Santa Catarina
8	Universidade de Brasília
9	Universidade Federal do Paraná
10	Universidade Federal de São Carlos
11	Universidade Federal de São Paulo
12	Universidade Federal de Pernambuco

13	Universidade Federal de Goiás
14	Universidade Federal da Bahia
15	Universidade Federal Fluminense
16	Universidade Federal de Uberlândia
17	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
18	Universidade Federal de Viçosa
19	Universidade Federal do Ceará
20	Universidade Federal de Santa Maria
Fonte: elaborado pelo autor.	

Para cada universidade foram pesquisados os respectivos anuários estatísticos institucionais, relatórios estatísticos, painéis de Business Intelligence (BI), portais de transparência e plataformas de dados abertos disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais. A análise concentrou-se na identificação dos principais temas contemplados nos documentos, na atualização das informações disponibilizadas e na presença de indicadores relacionados à internacionalização institucional.

Dos 20 casos investigados, 17 universidades apresentavam anuários estatísticos ou portais de dados atualizados no período da pesquisa, enquanto 3 instituições não disponibilizavam documentos estatísticos atualizados, fato que também foi considerado na análise dos resultados.

Entre as limitações do estudo destaca-se a dependência da disponibilidade pública de documentos institucionais. Algumas universidades produzem relatórios estatísticos internos que não são integralmente disponibilizados ao público. Além disso, as diferenças metodológicas entre os anuários estatísticos das instituições analisadas dificultam a padronização completa dos indicadores institucionais. Apesar dessas limitações, a análise documental comparativa permite identificar padrões relevantes na produção de informações institucionais e contribui para ampliar a compreensão da gestão de dados nas universidades públicas brasileiras.

Apesar da crescente utilização dos anuários estatísticos como instrumentos de gestão universitária, ainda são escassos estudos que investigam como esses

documentos são efetivamente estruturados e quais desafios institucionais estão presentes em sua produção nas universidades públicas brasileiras.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: Como os anuários estatísticos das universidades públicas brasileiras são estruturados e quais desafios operacionais, tecnológicos e organizacionais são evidenciados em sua produção?

Como questões complementares, busca-se responder:

- a) Quais temas e indicadores são mais frequentemente contemplados nos anuários?
- b) Quais padrões de organização documental podem ser identificados?
- c) Quais limitações e desafios institucionais são relatados ou inferidos a partir dos documentos analisados?

A compreensão dos conteúdos observados nos anuários analisados exige o entendimento prévio das etapas metodológicas normalmente envolvidas em sua elaboração. Dessa forma, apresenta-se a seguir uma síntese dos principais processos técnicos e organizacionais que caracterizam a produção de anuários estatísticos em instituições de ensino superior, servindo como referencial analítico para interpretação dos resultados documentais posteriormente apresentados.

Criação de um anuário estatístico

A produção de um anuário estatístico institucional em instituições de ensino superior (IES) públicas constitui um processo estratégico de gestão da informação. Mais do que uma simples compilação de dados administrativos, o anuário representa um instrumento de transparência, planejamento institucional e prestação de contas à sociedade. Quando estruturado de forma metodologicamente rigorosa, esse tipo de documento transforma dados operacionais dispersos em conhecimento organizado capaz de subsidiar processos decisórios e fortalecer a governança universitária.

No contexto das universidades públicas brasileiras, a produção de informações institucionais sistematizadas tornou-se ainda mais relevante diante das exigências de transparência pública, accountability e avaliação institucional promovidas por políticas nacionais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Nesse sentido, a gestão qualificada da informação institucional passa a ser

considerada um elemento fundamental para o aprimoramento da administração universitária e para a consolidação de práticas de planejamento estratégico (Baldrige, 1983; Meyer Jr., 2000; Dias Sobrinho, 2010).

A elaboração de um anuário estatístico confiável envolve um conjunto articulado de etapas metodológicas que vão desde o planejamento conceitual até a divulgação e o monitoramento contínuo dos resultados. A seguir são apresentadas cinco etapas fundamentais para a construção de um anuário estatístico institucional robusto.

Planejamento conceitual de indicadores

A etapa inicial da produção de um anuário estatístico corresponde ao planejamento conceitual do documento. Trata-se da fase mais estratégica do processo, pois nela são definidos os objetivos institucionais, o escopo informacional e o conjunto de indicadores que orientarão toda a construção do documento. A ausência de uma estrutura conceitual clara pode levar à produção de um material fragmentado, limitado à mera compilação de dados administrativos, sem coerência analítica ou utilidade efetiva para os processos de gestão institucional.

Nesse contexto, a organização da informação assume papel central. Conforme argumentam Davenport e Prusak (1998), a gestão eficiente da informação depende da existência de processos estruturados de coleta, organização e interpretação dos dados, de modo a transformá-los em conhecimento capaz de apoiar a tomada de decisão.

Assim, o planejamento do anuário estatístico deve envolver múltiplos atores institucionais, incluindo a alta administração universitária, pró-reitorias, unidades acadêmicas e equipes técnicas responsáveis pelos sistemas de informação, garantindo alinhamento entre as demandas estratégicas da instituição e os dados efetivamente disponibilizados no documento.

Um aspecto fundamental desse planejamento consiste na definição dos objetivos institucionais e dos públicos que utilizarão o anuário. Nas universidades públicas brasileiras, esse público é diversificado e abrange gestores institucionais, docentes, pesquisadores, estudantes, órgãos de controle governamental, agências de fomento à pesquisa, imprensa e sociedade civil. Órgãos governamentais e agências

de fomento utilizam indicadores institucionais para fins de avaliação, monitoramento e formulação de políticas públicas.

Dessa forma, a clareza na definição dos objetivos do anuário influencia diretamente o nível de detalhamento das informações, a estrutura analítica adotada e a linguagem utilizada na apresentação dos dados. Além disso, torna-se necessário realizar um levantamento sistemático das necessidades informacionais da instituição, identificando quais dados são prioritários para a gestão universitária e para o atendimento de demandas externas, como o Censo da Educação Superior conduzido pelo INEP ou relatórios institucionais solicitados pela ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Esse mapeamento permite evitar tanto a coleta de informações irrelevantes quanto a omissão de dados estratégicos para a análise institucional. Conforme destaca Babbie (2010), o planejamento informacional adequado contribui para reduzir redundâncias, minimizar lacunas informacionais e aumentar a confiabilidade das análises produzidas.

No âmbito desse planejamento, a definição do conjunto de indicadores institucionais constitui o elemento central do processo. Os indicadores devem atender a critérios metodológicos que garantam sua utilidade analítica e comparabilidade institucional. Entre esses critérios destacam-se a relevância, a mensurabilidade, a comparabilidade e a possibilidade de acompanhamento temporal. Indicadores relevantes são aqueles alinhados aos objetivos estratégicos da universidade e às demandas externas de avaliação; indicadores mensuráveis são aqueles passíveis de coleta sistemática e objetiva; indicadores comparáveis devem utilizar padrões conceituais e glossários reconhecidos nacionalmente, permitindo comparações entre instituições de ensino superior; e indicadores temporais possibilitam o acompanhamento da evolução histórica da instituição. Esses critérios permitem que os indicadores sejam utilizados tanto para o monitoramento interno quanto para processos de benchmarking acadêmico entre universidades (Meyer Jr., 2000).

Coleta, integração e validação dos dados

Após a definição conceitual dos indicadores, inicia-se a etapa operacional da produção do anuário estatístico, que envolve a coleta, integração e validação dos dados institucionais. Em muitas universidades públicas, essa fase representa um dos

principais desafios metodológicos do processo, sobretudo em razão da fragmentação dos sistemas de informação e da dispersão das bases de dados administrativas.

Como observam Kimball e Ross (2013), organizações complexas frequentemente enfrentam dificuldades na consolidação de informações provenientes de sistemas heterogêneos, o que exige a implementação de processos estruturados de integração e governança de dados. Nesse sentido, torna-se necessário identificar de forma precisa a localização de cada conjunto de dados dentro da instituição, mapeando os sistemas acadêmicos, bases de dados de recursos humanos, sistemas financeiros e outras fontes administrativas, além de identificar os responsáveis pela inserção e manutenção dessas informações. A elaboração de um mapa de fluxos de dados constitui instrumento essencial para a gestão desse processo, permitindo compreender como as informações circulam entre diferentes setores institucionais.

A etapa seguinte envolve a extração e integração dos dados. Em muitas universidades, a extração de dados brutos constitui um dos principais gargalos operacionais, sobretudo em contextos institucionais marcados pela presença de sistemas legados e pouco integrados. Nessas situações, frequentemente é necessária a intervenção manual ou o desenvolvimento de scripts específicos para a extração das informações. A adoção de soluções tecnológicas baseadas em Business Intelligence (BI) ou em estruturas de data warehouse pode contribuir significativamente para mitigar essas dificuldades no médio e longo prazo, ao possibilitar a integração automatizada de diferentes fontes de dados e facilitar o acesso às informações institucionais.

Entretanto, a qualidade do anuário estatístico depende diretamente da qualidade dos dados utilizados em sua elaboração. Por essa razão, a etapa de validação e limpeza dos dados assume importância fundamental. Esse processo envolve a verificação de consistência entre diferentes bases de dados institucionais, a identificação e correção de erros ou inconsistências, o tratamento de dados faltantes ou duplicados e a garantia de conformidade com os padrões conceituais previamente estabelecidos.

A comunicação com os responsáveis pelas bases de dados na origem torna-se essencial nesse processo, permitindo a correção de inconsistências e o aprimoramento da qualidade das informações institucionais. Conforme destaca a literatura sobre governança de dados, a responsabilidade pela qualidade da

informação deve ser compartilhada ao longo da organização, com definição clara de papéis e responsabilidades institucionais (Khatri & Brown, 2010).

Análise e processamento estatístico

Uma vez que os dados tenham sido coletados, integrados e validados, inicia-se a etapa de processamento e análise estatística, responsável por transformar dados brutos em informação útil para a gestão universitária. Nesse momento, os dados são organizados em tabelas, gráficos e diferentes formas de visualização que permitam facilitar a interpretação dos indicadores definidos no planejamento conceitual do anuário.

A tabulação das informações deve seguir uma lógica estruturada e hierárquica, permitindo diferentes níveis de análise institucional, como universidade, campus, centro acadêmico e departamento. Essa organização facilita tanto a compreensão geral do desempenho institucional quanto a realização de análises mais detalhadas por unidade acadêmica ou administrativa.

Entretanto, a qualidade de um anuário estatístico não se limita à apresentação de tabelas e gráficos. Um documento institucional robusto deve oferecer análises descritivas e interpretativas capazes de contextualizar os dados apresentados. Assim, a equipe responsável pela elaboração do anuário deve identificar tendências, variações significativas, padrões institucionais e eventuais anomalias presentes nos indicadores analisados. A interpretação dos dados à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou das metas estratégicas da universidade contribui para agregar valor analítico ao documento, transformando-o em instrumento efetivo de apoio à gestão e ao planejamento institucional.

Outro aspecto fundamental dessa etapa refere-se à garantia de sigilo e ética no tratamento das informações institucionais. A manipulação de dados sensíveis, especialmente aqueles relacionados a estudantes e servidores, exige o cumprimento rigoroso de protocolos de segurança da informação e de princípios éticos de tratamento de dados. No contexto brasileiro, tais procedimentos devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo que a divulgação de dados agregados não permita a identificação de indivíduos e assegurando a proteção da privacidade dos sujeitos envolvidos.

Editoração, *design* e comunicação da informação

A utilidade de um anuário estatístico depende não apenas da qualidade das informações que apresenta, mas também da forma como essas informações são comunicadas aos seus usuários. Nesse sentido, a etapa de editoração e design editorial desempenha papel fundamental para garantir a acessibilidade e a usabilidade do documento por diferentes públicos.

No que se refere aos formatos de divulgação, recomenda-se a adoção de estratégias multicanais. Tradicionalmente, o anuário estatístico é disponibilizado em formato PDF, facilitando o arquivamento institucional e a circulação do documento. Entretanto, o avanço das tecnologias digitais tem ampliado o uso de plataformas online interativas, especialmente portais de dados abertos que permitem a exploração dinâmica das informações por meio de filtros, consultas personalizadas e ferramentas de drill-down.

Adicionalmente, a produção de um resumo executivo contendo os principais indicadores e destaques do documento pode facilitar o acesso rápido às informações por gestores institucionais, formuladores de políticas públicas e profissionais da imprensa.

Divulgação, *feedback* e melhoria contínua

A etapa final do processo de produção do anuário estatístico envolve sua divulgação institucional e a incorporação de mecanismos de avaliação e melhoria contínua. A publicação do documento não representa o encerramento do processo, mas sim o início de sua utilização pelos diferentes públicos interessados.

Nesse sentido, recomenda-se que as universidades promovam ações de divulgação ativa do anuário em seus canais institucionais de comunicação, incluindo páginas oficiais na internet, redes sociais e newsletters institucionais. A realização de eventos de apresentação para a comunidade acadêmica e para atores externos também pode contribuir para ampliar o conhecimento e o uso das informações disponibilizadas no documento.

Paralelamente, a criação de canais institucionais para coleta de feedback dos usuários constitui estratégia importante para o aprimoramento contínuo do anuário. Formulários eletrônicos, endereços de e-mail institucionais ou plataformas colaborativas podem ser utilizados para receber sugestões de novos indicadores,

identificar lacunas informacionais ou reportar eventuais inconsistências nos dados apresentados.

Por fim, os feedbacks recebidos e as lições aprendidas ao longo de cada ciclo de produção devem ser sistematicamente documentados e analisados. A gestão da informação institucional é um processo contínuo de aperfeiçoamento, no qual cada nova edição do anuário deve buscar ampliar a precisão, a relevância e a utilidade das informações disponibilizadas.

Nesse contexto, a adesão ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, bem como o fortalecimento de uma cultura institucional de autoavaliação, oferecem um importante arcabouço para o aprimoramento permanente das práticas de produção e uso de informações estratégicas nas universidades brasileiras (Dias Sobrinho, 2010).

Temas essenciais do anuário estatístico

No contexto contemporâneo da gestão universitária, a produção sistemática de informações institucionais assume papel central nos processos de planejamento, avaliação e governança das Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse cenário, o anuário estatístico institucional configura-se não apenas como um instrumento de registro de dados, mas como um mecanismo estratégico de produção de conhecimento organizacional, capaz de subsidiar a tomada de decisão, orientar políticas acadêmicas e fortalecer práticas de transparência pública (Dias Sobrinho, 2010; Baldissera; Sordi, 2019).

Sob essa perspectiva, o anuário estatístico pode ser compreendido como parte integrante da cultura de avaliação institucional, especialmente no contexto das políticas educacionais brasileiras estruturadas a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Ao sistematizar indicadores relativos às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e impacto social, esse instrumento contribui para a consolidação de processos permanentes de monitoramento institucional, permitindo a identificação de tendências, desafios e oportunidades de desenvolvimento (Inep, 2022).

Dessa forma, a definição de eixos temáticos para a organização do anuário estatístico deve refletir a complexidade da universidade contemporânea, marcada pela articulação entre funções acadêmicas, administrativas e sociais. Nesse sentido,

recomenda-se que o documento contemple um conjunto estruturado de dimensões analíticas capazes de representar, de maneira integrada, o funcionamento e o desempenho institucional. Os anuários estatísticos das universidades públicas normalmente contemplam informações institucionais, estrutura organizacional, infraestrutura, ensino, pesquisa, extensão, recursos humanos, gestão financeira e séries históricas de indicadores.

Indicadores como evolução do número de matrículas, qualificação do corpo docente e produção científica institucional possibilitam análises mais robustas sobre o desenvolvimento da instituição ao longo do tempo. Além disso, a utilização de gráficos, tabelas comparativas e análises interpretativas contribui para transformar dados estatísticos em informações estratégicas para o planejamento institucional.

Nesse sentido, o anuário estatístico deixa de ser apenas um documento descritivo e passa a constituir uma ferramenta analítica de gestão universitária, capaz de apoiar processos de avaliação institucional, planejamento estratégico e formulação de políticas educacionais baseadas em evidências.

A complexidade do processo de produção

A produção de anuários estatísticos em universidades públicas constitui um processo organizacional complexo, marcado pela articulação entre múltiplas dimensões institucionais, técnicas e culturais. As instituições de ensino superior caracterizam-se por estruturas organizacionais amplas e diversificadas, responsáveis simultaneamente por atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Essa multiplicidade de funções implica a geração permanente de grandes volumes de dados institucionais, cuja sistematização exige processos metodológicos rigorosos de coleta, validação e análise.

Nesse contexto, a elaboração do anuário estatístico pode ser compreendida como uma prática de gestão do conhecimento institucional. Segundo Dias Sobrinho (2010), a produção e o uso sistemático de informações constituem elementos centrais para o fortalecimento da avaliação institucional e para o desenvolvimento de políticas educacionais baseadas em evidências. Entretanto, a consolidação desses sistemas informacionais enfrenta obstáculos decorrentes da própria complexidade organizacional das universidades.

Um dos principais desafios refere-se à heterogeneidade das fontes de dados institucionais. Informações sobre matrículas, evasão, desempenho acadêmico, produção científica, projetos de extensão, orçamento e recursos humanos são produzidas em diferentes sistemas administrativos, muitas vezes sem interoperabilidade entre si. Como consequência, a consolidação dessas informações exige procedimentos adicionais de integração e validação, frequentemente realizados de forma manual. Esse cenário evidencia uma limitação recorrente nas instituições públicas brasileiras: a fragmentação dos sistemas de informação e a ausência de arquiteturas integradas de dados.

Outro aspecto que contribui para a complexidade da produção do anuário estatístico refere-se à padronização das informações. As universidades precisam conciliar demandas internas de gestão com exigências externas de regulação e avaliação, especialmente aquelas relacionadas aos sistemas nacionais de informação educacional. No caso brasileiro, destaca-se o papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pela produção de estatísticas oficiais da educação superior.

A necessidade de alinhamento conceitual com os indicadores utilizados pelo INEP e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) exige a adoção de critérios metodológicos padronizados para definição de variáveis, classificação de cursos e categorização de indicadores institucionais. Tal padronização é essencial para garantir a comparabilidade dos dados entre instituições e para assegurar a confiabilidade das análises institucionais.

Para além das dimensões técnicas, a elaboração do anuário estatístico envolve também desafios de natureza organizacional e cultural. A coleta de dados depende da colaboração de diferentes unidades acadêmicas e administrativas, cujos servidores frequentemente possuem outras responsabilidades institucionais prioritárias. A produção do anuário, portanto, exige processos de coordenação intersetorial e comunicação institucional eficientes.

Nesse contexto, a literatura sobre avaliação institucional destaca que a qualidade das informações produzidas pelas universidades depende diretamente da qualidade dos registros realizados na origem dos sistemas de informação (Leite, 2005). A ausência de capacitação adequada dos servidores responsáveis pelo

registro de dados pode gerar inconsistências que se propagam ao longo do processo de consolidação estatística.

Além disso, estudos sobre transparência e gestão pública indicam que práticas de compartilhamento de dados institucionais ainda enfrentam resistências culturais em determinadas organizações públicas. Em alguns casos, unidades administrativas demonstram relutância em disponibilizar informações completas por receio de avaliações comparativas ou de exposição de fragilidades institucionais (Gomes, 2014). Essa “cultura da retenção informacional” pode representar um obstáculo significativo para a consolidação de sistemas institucionais de informação.

Outro desafio relevante refere-se à comunicação dos resultados produzidos pelo anuário. A simples disponibilização de dados estatísticos não garante sua compreensão ou utilização por parte da comunidade acadêmica e da sociedade. Nesse sentido, a produção do anuário envolve também um processo de tradução do conhecimento estatístico em formatos acessíveis e interpretáveis. A escolha adequada de indicadores, a utilização de recursos de visualização de dados e a contextualização analítica das informações são elementos fundamentais para que o documento cumpra seu papel informativo e analítico. Conforme argumenta Bourdieu (2004), os dados estatísticos não possuem significado intrínseco; sua interpretação depende de enquadramentos teóricos e institucionais que permitam compreender os processos sociais que lhes dão origem.

Apesar da importância desses instrumentos informacionais, observa-se que a literatura acadêmica ainda dedica atenção relativamente limitada à análise do processo de produção e utilização dos anuários estatísticos nas universidades. A maioria dos estudos concentra-se na avaliação da educação superior ou na análise de indicadores educacionais, enquanto os mecanismos institucionais de produção e disseminação dessas informações permanecem menos explorados.

Essa lacuna analítica levanta questionamentos relevantes sobre o papel efetivo desses documentos na gestão universitária. Em que medida os anuários estatísticos são utilizados como instrumentos de planejamento institucional? A disponibilização de dados estatísticos é suficiente para promover transparência e participação social? Ou seria necessário desenvolver estratégias mais amplas de governança de dados e disseminação do conhecimento institucional?

Responder a essas questões constitui um desafio relevante para o campo da gestão da educação superior, especialmente em um contexto no qual a produção e a análise de dados assumem papel cada vez mais central na formulação de políticas educacionais.

O anuário como ferramenta de transparência e gestão pública

A consolidação da transparência como princípio estruturante da administração pública contemporânea tem provocado transformações significativas nas práticas de gestão institucional. Em contextos democráticos, a legitimidade das organizações públicas depende não apenas da eficácia de suas ações, mas também da capacidade de prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos públicos e os resultados alcançados.

Nesse cenário, a transparência deve ser compreendida como um processo que vai além da simples divulgação de dados. Conforme argumenta Gomes (2014), a transparência pública envolve a disponibilização de informações de forma acessível, compreensível e socialmente relevante, possibilitando o controle social e a participação cidadã nos processos decisórios.

No Brasil, a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) representou um marco institucional importante para a consolidação dessas práticas. A legislação estabelece o princípio da transparência ativa, segundo o qual instituições públicas devem divulgar informações de interesse coletivo independentemente de solicitações formais da sociedade. As universidades públicas ocupam posição estratégica nesse debate, uma vez que desempenham papel central na produção de conhecimento científico e na formação de profissionais qualificados, sendo financiadas majoritariamente por recursos públicos. Nesse sentido, essas instituições possuem responsabilidade ampliada em relação à prestação de contas e à divulgação de informações institucionais.

O anuário estatístico institucional constitui um dos instrumentos mais relevantes para a materialização dessa transparência. Ao sistematizar informações sobre diferentes dimensões da atividade universitária — como ensino, pesquisa, extensão, recursos humanos e gestão financeira — o documento permite tornar visível a complexidade da missão universitária e os resultados produzidos pela instituição.

Entretanto, a função do anuário estatístico ultrapassa a dimensão da prestação de contas. Ele também desempenha papel relevante na consolidação de modelos de gestão baseados em evidências. A literatura sobre gestão universitária destaca que a disponibilidade de informações confiáveis é um elemento essencial para a formulação de políticas institucionais eficazes (Baldissera; Sordi, 2019).

Nesse contexto, a análise sistemática de indicadores institucionais permite aos gestores identificar tendências, avaliar o impacto de políticas acadêmicas e orientar processos de planejamento estratégico. Indicadores relacionados à evasão estudantil, por exemplo, podem subsidiar a implementação de políticas de permanência acadêmica. Da mesma forma, dados sobre produção científica podem orientar estratégias institucionais de fortalecimento da pesquisa.

Além disso, o anuário estatístico dialoga diretamente com os processos de avaliação institucional previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A produção sistemática de dados institucionais fornece subsídios fundamentais para a elaboração dos relatórios de autoavaliação e para o acompanhamento dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Conforme destaca Leite (2005), a avaliação institucional deve ser compreendida como um processo formativo e reflexivo, no qual a comunidade acadêmica utiliza informações sistematizadas para compreender sua própria realidade institucional e orientar estratégias de desenvolvimento.

Entretanto, a literatura também aponta limitações importantes no uso efetivo desses instrumentos informacionais. A fragmentação dos sistemas de informação universitários e a ausência de políticas institucionais de governança de dados dificultam a produção de indicadores confiáveis e atualizados.

Além disso, pesquisas indicam que, em muitos casos, os anuários estatísticos são subutilizados pela própria comunidade acadêmica, funcionando mais como instrumentos formais de prestação de contas do que como ferramentas efetivas de gestão e planejamento institucional (Ristoff; Giolo, 2006).

Superar essa limitação exige não apenas investimentos tecnológicos, mas também transformações culturais no interior das universidades, promovendo a valorização da informação institucional como recurso estratégico para a gestão pública e para a democratização do conhecimento.

Resultados e Discussão

A análise dos resultados obtidos revela um paradoxo central na gestão das instituições de ensino superior públicas brasileiras: embora o anuário estatístico possua inquestionável valor estratégico como instrumento de transparência e suporte à governança institucional, sua produção enfrenta entraves operacionais, técnicos e culturais que limitam seu potencial analítico. Nesse sentido, o presente capítulo problematiza a relação entre função normativa do anuário, eficácia prática e contexto institucional, destacando suas implicações para a gestão baseada em evidências.

Os resultados indicam que o principal motivador da produção dos anuários é o cumprimento de normativas legais e a exigência de accountability, em consonância com a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011) e estudos prévios de Gomes (2014). Essa dupla função — obrigação legal e representação institucional — reforça a percepção do anuário como uma “vitrine” da universidade para a sociedade e órgãos de controle. Entretanto, a análise documental evidencia heterogeneidade significativa na qualidade e na profundidade das informações apresentadas: enquanto algumas instituições disponibilizam painéis interativos e indicadores detalhados, outras restringem-se a tabelas estáticas de difícil interpretação, o que sugere que a conformidade formal não garante necessariamente transparência efetiva (Rocha, 2014).

A análise documental também evidenciou diferenças relevantes nas estratégias de divulgação das informações institucionais. Entre as 17 universidades que disponibilizavam informações atualizadas, observou-se a coexistência de anuários tradicionais em formato PDF, portais estatísticos institucionais e ambientes digitais de consulta, evidenciando diferentes estratégias de organização e disseminação dos dados. Enquanto algumas universidades disponibilizam dados por meio de ambientes digitais mais dinâmicos, com recursos de consulta e atualização contínua, outras concentram a divulgação em documentos estáticos, com menor flexibilidade para exploração das informações.

Embora o presente estudo não tenha realizado uma avaliação técnica da arquitetura dos sistemas de informação utilizados pelas instituições analisadas, a heterogeneidade observada nos mecanismos de divulgação sugere distintos níveis de maturidade e integração informacional. A coexistência de anuários tradicionais, portais

estatísticos e ambientes digitais de consulta indica que as universidades adotam estratégias distintas para organização e disseminação das informações, refletindo diferentes estágios de desenvolvimento dos processos de gestão da informação.

Nesse contexto, a fragmentação tecnológica deve ser compreendida não como um resultado diretamente mensurado nesta pesquisa, mas como uma hipótese interpretativa sustentada pela literatura especializada sobre gestão universitária e governança de dados. Os documentos analisados permitem inferir que diferenças na capacidade institucional de organizar, atualizar e disponibilizar informações podem influenciar o potencial de utilização dos anuários como instrumentos de apoio ao planejamento e à tomada de decisão.

A fragmentação dos sistemas de gestão emerge como um obstáculo técnico estruturante. A extração, consolidação e reconciliação de dados provenientes de sistemas legados consome tempo substancial, comprometendo a tempestividade do anuário. Este descompasso temporal, frequentemente observado, reduz o valor estratégico do documento, uma vez que gestores necessitam de informações atualizadas para tomadas de decisão em tempo real — premissa central da gestão orientada por dados (data-driven management) defendida por Soares (2011). Aqui se configura uma proposição analítica: A análise documental sugere que diferenças nos processos de organização e disponibilização das informações institucionais podem influenciar o potencial de utilização dos anuários como instrumentos de apoio à gestão e ao planejamento universitário.

Além dos desafios técnicos, a subutilização dos dados advém de limitações conceituais e culturais: a falta de capacitação dos gestores em análise de dados e a apresentação predominantemente descritiva dos anuários impõem esforços cognitivos adicionais ao usuário final. A inexistência de um “dono” formal da análise de dados, como apontado por Silva (2017), desloca a responsabilidade interpretativa para quem consome a informação, fragilizando seu potencial gerencial. Essa constatação permite articular uma segunda proposição: a ausência de governança analítica institucional compromete a conversão de dados em inteligência gerencial, independentemente da qualidade formal da compilação estatística.

A transformação do anuário em instrumento estratégico requer, portanto, investimentos simultâneos em tecnologia, capital humano e governança da informação. Ferramentas de Business Intelligence (BI) e visualização de dados podem

facilitar a interpretação e ampliar a utilidade do documento, mas sua efetividade depende de políticas institucionais robustas de coleta, validação e responsabilização pelos dados na origem (Brasil, 2020).

Outro eixo crítico reside nas barreiras culturais. A persistente “cultura do sigilo” ou da “propriedade do dado” (Gomes, 2014) evidencia um conflito estrutural entre práticas organizacionais tradicionais e princípios de transparência pública. Nesse contexto, a governança de dados torna-se elemento estratégico para a legitimação institucional, exigindo protocolos claros, integração de sistemas e valorização da informação como patrimônio coletivo da universidade.

A análise documental dos anuários estatísticos e portais institucionais revelou elevado grau de convergência temática entre as universidades públicas investigadas. De modo geral, os documentos analisados contemplam informações institucionais, estrutura organizacional, indicadores de ensino, pesquisa, extensão, recursos humanos e aspectos relacionados à gestão universitária, demonstrando a existência de certo padrão de organização das informações institucionais.

Tabela 1. Disponibilidade de anuários estatísticos ou portais de dados atualizados

Situação	Frequência	Total (%)
Sim	17	85
Não	3	15
Total	20	100

Fonte: elaborado pelo autor.

A presença de anuários estatísticos ou portais institucionais atualizados em 85% das universidades analisadas sugere que a produção sistemática de informações institucionais encontra-se relativamente consolidada entre as principais universidades públicas brasileiras. Esse resultado indica o reconhecimento crescente da importância dos dados institucionais para a gestão universitária, para a prestação de contas à sociedade e para o atendimento às exigências dos órgãos de avaliação e controle.

Por outro lado, a inexistência de instrumentos estatísticos atualizados em três instituições da amostra evidencia que a consolidação de políticas institucionais de gestão da informação ainda não ocorre de maneira homogênea. Considerando que a amostra foi composta pelas universidades públicas mais bem posicionadas no Ranking Universitário Folha (RUF), os resultados não permitem generalizações para o conjunto das universidades brasileiras, mas indicam que a disponibilidade de

instrumentos estatísticos atualizados ainda não ocorre de forma homogênea entre as instituições analisadas.

Entretanto, observou-se que algumas dimensões estratégicas apresentam menor grau de consolidação nos anuários analisados. A principal lacuna identificada refere-se à divulgação de indicadores de internacionalização. Das 20 universidades investigadas, apenas 17 possuíam anuários estatísticos ou portais de dados institucionais atualizados (tabela 1). Entre essas instituições, somente 10 (58,8%) divulgavam indicadores específicos relacionados à internacionalização acadêmica, enquanto 7 (41,2%) não apresentavam informações sistematizadas sobre essa dimensão (Tabela 2).

Tabela 2. Divulgação de indicadores de internacionalização

Presença dos indicadores	Frequência	Total (%)
Sim	10	58,8
Não	7	41,2
Total	17	100

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise documental revelou que os temas mais frequentemente presentes nos anuários foram graduação, pós-graduação, pesquisa, recursos humanos e orçamento institucional. Em contrapartida, indicadores relacionados à internacionalização, inovação tecnológica e impacto social apresentaram menor frequência de divulgação.

Esse resultado evidencia que, embora a internacionalização tenha assumido crescente relevância no contexto da educação superior e da avaliação da pós-graduação brasileira, sua incorporação aos sistemas institucionais de monitoramento e divulgação de indicadores ainda ocorre de forma desigual. Tal cenário sugere que parte das universidades ainda prioriza indicadores tradicionalmente vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão, sem contemplar de forma sistemática aspectos relacionados à inserção internacional, cooperação científica e mobilidade acadêmica.

Considerando que a internacionalização constitui uma dimensão estratégica para a avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, a ausência desses indicadores pode reduzir a visibilidade institucional das ações desenvolvidas nessa área e limitar o potencial dos anuários estatísticos como instrumentos de gestão, planejamento e acompanhamento das políticas acadêmicas.

Os resultados permitem responder à questão central da pesquisa ao demonstrar que os anuários estatísticos das universidades públicas brasileiras

apresentam elevado grau de convergência temática, concentrando-se principalmente em indicadores de ensino, pesquisa, recursos humanos e gestão institucional. Ao mesmo tempo, evidenciam desafios relacionados à atualização das informações, à divulgação de indicadores de internacionalização e às diferentes estratégias de organização dos dados institucionais, aspectos que podem influenciar seu potencial como instrumento de apoio à gestão universitária.

Conclusão

Apesar das dificuldades estruturais, a pesquisa identificou práticas institucionais que promovem eficiência e consistência na produção dos anuários. A centralização da gestão de dados em unidades especializadas, como escritórios de estatística ou diretorias de planejamento, associada à utilização de padrões nacionais (INEP/ANDIFES), contribui para a comparabilidade, confiabilidade e integração das informações.

A análise sugere que o investimento estratégico deve priorizar, sobretudo, o capital humano e a cultura organizacional, mais do que a tecnologia. A capacitação contínua das equipes responsáveis pela coleta e interpretação de dados, aliada a políticas de governança e valorização institucional da informação, é essencial para que o anuário se converta em ferramenta de inteligência gerencial. Assim, propõe-se a seguinte proposição final: a efetividade do anuário como instrumento de governança pública depende simultaneamente da robustez técnica, da maturidade analítica do corpo gestor e da consolidação de uma cultura institucional voltada à transparência.

Referências

ANDRIOLA, Wagner B; ARAÚJO, Adriana C. Relevância do uso de indicadores de gestão para a autoavaliação e o planejamento estratégico de instituições de ensino superior. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.8, n.24. p. 515-533, 2016.

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. 12. ed. Belmont: Wadsworth, 2010.

BALDISSERA, A.; SORDI, M. R. L. **Avaliação institucional na educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2019.

BALDRIDGE, J. Victor. **The Dynamics of Organizational Change in Education**. Berkeley: McCutchan Publishing, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Glossário do Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2020.

BRASIL. [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]. Regula o acesso a informações [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 223, p. 1-4, 22 nov. 2011.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Working Knowledge: How Organizations Manage What They Know**. Boston: *Harvard Business School Press*, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior: democratização, qualidade e crise**. Campinas: Autores Associados, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995–2009). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 15, n. 1, p. 195–224, 2010.

FOLHA DE S.PAULO. **Ranking Universitário Folha (RUF) 2025: ranking de universidades**. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2025. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2025/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 23 jun. 2026.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson. **Transparência e accountability na administração pública**. Revista do Serviço Público, Brasília, 2014.

GOMES, Carlos A. **Gestão de informações nas instituições públicas de ensino superior: desafios e perspectivas**. Brasília: IES, 2014.

KIMBALL, Ralph; ROSS, Margy. **The Data Warehouse Toolkit**. 3. ed. Hoboken: Wiley, 2013.

LEITE, Denise. **Avaliação institucional participativa e qualidade da educação superior**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MEYER JR., Victor. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 16, n. 1, p. 59–70, 2000.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROCHA, Jeferson M. Sistemas fragmentados e governança da informação: impactos sobre a gestão universitária. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1053–1075, 2014. **Pública**, v. 48(5), 1053–1075, 2014.

SILVA, Rodrigo N. T. A centralidade do dado na tomada de decisão institucional: análises de boas práticas em universidades públicas. **Cadernos de Administração Pública**, v. 15, n. 3, p. 45–62, 2017.

SOARES, Marcos Antonio. **Gestão orientada por dados**: inteligência analítica aplicada à tomada de decisão estratégica. São Paulo: Novatec, 2011.

SOBRE O(A)S AUTORE(A)

Paulo Sérgio Belchior Mesquita

Mestre em Engenharia de Produção (UENF), Pesquisador da Área de Estatística vinculado ao Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (LESCE/CCH/UENF), Coordenador de Disciplina no Consórcio CEDERJ/Fundação CECIERJ. Correio eletrônico: pames@uenf.br

Recebido em: 24 de maio de 2026

Aprovado em: 20 de junho de 2026

Publicado em: 30 de junho de 2026

Como citar

MESQUITA, Paulo Sergio Belchior. Anuário estatístico acadêmico: importância, complexidade e dificuldade de produção: . **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 511–535, 2026. DOI: 10.22481/poliges.v7i1.19516. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/poliges/article/view/19516>. Acesso em: 15 jul. 2026.